



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1012444-09.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Claudia Cecilia dos Santos- acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Aline Cristina dos Santos - OABSP 218.859**
 Requerido: **Roberto Antunes Lima ME - Representante Roberto Antunes Lima - RG - com seu Advogado (a) Dr(a) Natália Pereira Lima – OABSP 384.595**

Aos 13 de dezembro de 2017, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará à requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$1.080,42**, em uma única parcela, cujo pagamento será realizado na loja Lima Automóvel, sito na Rua Prof. Helvídio Gouveia, nº 520 – Boa Vista, Cep 13564-010 – São Carlos-SP, mediante a emissão de recibo. O não cumprimento da obrigação implicará no prosseguimento do feito acrescido de multa de **10%**. O referido acordo está incluído as seguintes despesas para regularização da documentação do veículo objeto da presente ação: Licenciamento no valor de R\$99,03; taxa de transferência no valor de R\$195,00; seguro no valor de R\$68,10; uma multa no valor de R\$198,29; placa no valor de R\$130,00, placa do veículo no valor de R\$130,00, vidro no valor de R\$300,00; vistoria no valor de R\$40,00, custo com despachante no valor de R\$50,00. *As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz.* Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos o prazo previsto para o pagamento, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Antonio Carlos Polveiro, Chefe de Seção Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente: Adv.

Requerido(s):(Preposto): Adv.

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA